

O PROCESSO DE LEITURA DO DISCURSO RELIGIOSO

Arnaldo CORTINA*

RESUMO: Foi analisado o discurso proferido pelo Papa João Paulo II aos operários de São Paulo, no estádio do Morumbi, em três de julho de 1980, a fim de verificar como este se estrutura internamente, uma vez que permitiu, na época, leituras tão diferentes entre si. Verificou-se que o processo interpretativo ressalta a ambigüidade do texto religioso em questão, uma vez que cada leitor retira do texto do Papa o que lhe interessa ideologicamente.

UNITERMOS: Semiótica; narratividade; discurso; leitura; interpretação e compreensão de texto.

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo primeiro, na elaboração deste trabalho, consiste na investigação sobre a leitura de um texto religioso, no caso, o discurso proferido pelo Papa João Paulo II aos operários da cidade de São Paulo, em três de julho de 1980, no estádio do Morumbi.

A escolha desse texto específico deveu-se ao fato de que, dentro do universo de trabalho com o discurso religioso, interessava-nos observar uma característica em particular: a ambigüidade. Quantas não são as leituras da Bíblia, por exemplo?

Durante o período de seleção do texto com que desenvolveríamos nosso trabalho, o discurso proferido pelo Papa João Paulo II chamou-nos muito a atenção. Folheando os jornais mais lidos no estado de São Paulo, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, pudemos perceber que pessoas com diferentes posições políticas ou padres ligados a correntes distintas da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil afirmavam encontrar nas palavras do Papa uma confirmação de suas convicções. Eram poucos os que criticavam ou discordavam das colocações de João Paulo II. Julgamos,

* Departamento de Letras Vernáculas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15055 – São José do Rio Preto – SP.

então, que o estudo desse discurso, acompanhado das muitas leituras que dele se fizeram, seria um “prato cheio” para a investigação da ambigüidade. Nossa primeira questão era: como é que se organiza o texto do Papa para permitir que tantas pessoas façam interpretações tão distintas a seu respeito?

Com relação à linha teórica de análise do discurso que elegemos para a realização da pesquisa, pretendemos desenvolver um trabalho concentrado no nível narrativo do texto, embora, obrigatoriamente, tenhamos abordado questões do nível discursivo. A opção por desenvolver mais profundamente o nível narrativo tem também como objetivo levar o leitor a perceber que a narratividade não é uma característica exclusiva dos textos literários. Deixamos claro ainda que essa perspectiva de níveis de manifestação textual é a base da teoria semiótica francesa do grupo greimasiano.

Este trabalho, portanto, organiza-se em quatro partes. Na primeira, fazemos uma apreciação dos títulos que os jornais por nós pesquisados dão ao discurso proferido por João Paulo II. A segunda parte desenvolve uma análise específica do discurso do Papa, a terceira investiga as diversas interpretações que se fizeram do discurso analisado na parte anterior e, na última apresentamos nossas conclusões a respeito de todo o trabalho.

1. Títulos dos jornais para o discurso do Papa

Procuramos o discurso do Papa em dois jornais diferentes: *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. Essa escolha se justifica pelo fato de serem estes os jornais mais consumidos em São Paulo. Ficou faltando o *Notícias Populares*, mas esse não transcreveu o discurso, limitou-se apenas a mostrar muitas e grandes fotografias de João Paulo II no Campo de Marte e algumas no Morumbi, porque ele esteve nos dois lugares no mesmo dia. Praticamente nada foi escrito, apenas apareciam legendas debaixo das fotografias explicando o que se passava no momento, conforme tivemos oportunidade de verificar ao consultarmos os três jornais durante o período de viagem do Papa pela cidade.

A falta de registro das palavras do Papa em *Notícias Populares* tem sua razão de ser, podemos pensar em duas. A primeira é que esse jornal pretende atingir um maior número de pessoas, inclusive as que não sabem ler. Estas últimas poderiam comprar o jornal e folheá-lo, sem precisar lê-lo; isso é portanto um trabalho de marketing. A segunda razão, parece-nos, é a tendência direitista do jornal, que não pretendia abordar nenhum problema político; não está preocupado em despertar consciência política em seus leitores.

O Estado de S. Paulo apresenta as palavras do Papa à página quinze do dia quatro de julho de 1980. O discurso aparece aí sem qualquer interrupção, em quatro colunas, encabeçado pelo título “Ordem na relação entre os homens”.

Esse título é uma frase nominal, o verbo está implícito no dizer do Papa. A frase está em discurso direto e colocada assim resumê-se a mensagem do

texto de João Paulo II. Observamos ainda que, pelo fato de a frase não apresentar verbo, está negando a narratividade que é essencialmente marcada pela palavra de ação. O título proposto pelo jornal está em oposição à narração estabelecida pelo discurso.

O título apresenta ainda o estabelecimento de um contrato. A Igreja, como Destinatador-Manipulador, sobreleva os contratos sociais já estabelecidos por outro Destinatador (o governo) com os homens. O que ela está propondo é que esses contratos sociais devam ser mantidos através da ordem. Em outras palavras, os homens não devem quebrar a hierarquia social (as classes sociais) estabelecida.

A *Folha de S. Paulo* apresenta o discurso do Papa à página dez do dia quatro de julho de 1980. Nesse jornal o discurso é encabeçado pelo título “A fórmula cristã para a sociedade justa” e subdividido em cinco partes, sendo que quatro delas recebem subtítulos.

Esse título também é uma frase nominal, como o de *O Estado de S. Paulo*, só que não se apresenta em discurso direto, mas sim indireto. Entra aqui um destinador que não existia no outro, o jornal. Temos portanto um destinador (jornal) que apresenta ao seu destinatário (leitor) uma outra relação Destinatador vs Destinatário. Nesse contrato o Destinatador-Igreja possui um saber e vai mostrar ao Destinatário como estar em conjugação com sua aspiração pela sociedade justa. O Destinatador-Papa vai transmitir seu saber aos homens; vai, portanto, mostrar-lhe um Programa Narrativo (PN).

A “fórmula” modificadora de uma sociedade injusta em justa é a que o Papa se propõe a apresentar durante seu discurso, segundo interpretação desse jornal.

Ao observarmos a palavra “fórmula” percebemos que esta significa “o modo de proceder para se alcançar determinado fim; indicação das proporções dos componentes e do método que se deve seguir no preparo de algo”(1). A ela se segue o adjetivo cristão que a coloca dentro dos limites de Deus, da religião.

Percebemos então que o Destinatário-Homem quer ser o sujeito transformador de uma situação, mas não possui esse saber, está procurando-o e pode encontrá-lo na proposta do Papa.

O primeiro subtítulo que aparece na *Folha de S. Paulo* é: “Deus quer mundo de justiça”. Esse subtítulo foi colocado no meio do segundo parágrafo do discurso do Papa.

Temos agora uma frase verbal, acompanhando a narrativa apresentada por João Paulo II. Deus agora é o Destinatador que quer o cumprimento do PN estabelecido no título geral dado ao discurso. Esse querer do Destinatador-Deus soa como ordem e compete ao Destinatário-Homem incorporar o saber do sujeito para fazer a transformação. Seu programa de base é investir uma razão de ser, uma justificação para o fazer do homem.

O segundo subtítulo aparece entre o quinto e o sexto parágrafos do discurso do Papa. Ele diz: “Reformas devem ser só pacíficas”.

Esse segundo subtítulo é a continuação do primeiro, pois mostra ao Sujeito do fazer (Homem) como realizar a transformação do estado de injustiça para o de justiça social. Notamos claramente a manipulação do Destinador-Deus em relação ao fazer do Destinatório. De certa maneira isso nos faz lembrar o título dado ao discurso de João Paulo II por *O Estado de S. Paulo*, que propõe a não alteração da ordem vigente.

Fica claro aí que o Destinador não propõe exatamente uma reforma, na realidade o fazer do sujeito não deve ser revolucionário, deve ser um fazer que modifique uma situação, mas que não a transforme completamente.

O terceiro subtítulo é colocado entre o décimo segundo e o décimo terceiro parágrafos do discurso do Papa: “Ajustar salário é exigência legítima”.

Nesse momento o Destinador-Deus está mostrando para o Destinatório-sujeito exatamente o que deve ser mudado. O que é injusto na sociedade é o salário que os operários recebem. O objeto do PN fica claro e delimitado nesse terceiro subtítulo.

Entre o décimo oitavo e o décimo nono parágrafos do discurso do Papa encontra-se o último subtítulo: “Cidade capaz de triturar o homem”. Aparece agora um novo sujeito, ou melhor, o anti-sujeito da narrativa. A cidade, recoberta por vários papéis actanciais (o ecológico, o social, o arquitetônico), está em oposição ao programa narrativo do sujeito-homem, pois ela é capaz de destruí-lo.

Notamos, portanto, que os quatro subtítulos do segundo jornal citado (“Deus quer mundo de justiça hoje”, “Reformas devem ser só pacíficas”, “Ajustar salário é exigência legítima” e “Cidade capaz de triturar o homem”) estabelecem uma ordem narrativa. Primeiramente o Destinador-Deus apresenta o saber para o fazer transformador do Destinatório-Homem, depois esse mesmo Destinador mostra como deve ser feita a mudança – é o não envolvimento da violência. Numa terceira etapa apresenta o objeto a ser mudado, o salário, para finalmente mostrar ao Destinatório-Sujeito contra quem ele luta: a cidade. Tudo isso é a fórmula cristã para a sociedade justa, título geral dado ao discurso do Papa pela *Folha de S. Paulo*.

Verificamos claramente que esses subtítulos são uma leitura do texto analisado. Enquanto o primeiro jornal toca apenas no aspecto da manutenção da ordem, procurando assumir um tom “neutrô” quando se propõe a colocar como título as exatas palavras de João Paulo II (se bem que a própria escolha dessas palavras do Papa seja uma tomada de posição), o segundo faz uma leitura mais detalhada, que pode dar margem a duas hipóteses: ou há realmente uma valorização das palavras do Papa, isto é, o jornal concorda com a fórmula de justiça proposta, ou é uma leitura crítica que ironiza as idéias apresentadas por ele.

2. Análise do discurso do Papa João Paulo II

Para podermos analisar o discurso proferido pelo Papa, no Morumbi, resolvemos dividi-lo em partes. Essas partes estão delimitadas pelos parágrafos do texto.

No primeiro parágrafo o Destinador-Papa, delegado por um Destinador-Deus, apresenta um PN ao Destinatário-Povo. Esse PN consiste em transformar a cidade de São Paulo em uma cidade mais humana. Nesse momento São Paulo desempenha um papel, a cidade se torna um ator que está em oposição ao sujeito principal da narrativa, o povo. A cidade é, portanto, o antissujeito da narrativa.

Quanto à delegação do Destinador-Papa podemos estabelecer o seguinte: ele é delegado por Deus para cumprir determinada tarefa, essa tarefa consiste em fazer com que o povo, através da força que representa a figura divina, produza uma transformação social. Ele será, portanto, o manipulador do “querer” e do “saber” do sujeito-povo. O primeiro passo é a qualificação desse sujeito, e essa qualificação aparece no momento em que o Papa fá-lo ver que seu “poder” é anterior ao momento atual, isto é, o homem possui o poder de transformação. Há, nesse parágrafo, uma isotopia política a partir do momento em que a proposta é de transformação social.

Ao entrarmos no segundo parágrafo do discurso, uma mudança muito grande se dá. Aqui é ressaltado o aspecto religioso da visita do Papa a São Paulo. O Destinador-Papa apresenta-se claramente como delegado de Deus e caracteriza sua visita como uma grande festa; festa que reúne a todos na fé, na esperança e na caridade.

Um processo manipulatório maior é estabelecido pelo Destinador-Papa quando este se aproxima de maneira mais direta do Destinatário-Povo, relembrando os tempos em que fora operário na Polônia. Nesse momento o Papa está realizando um programa narrativo: ser identificado com o povo, fazer parte dele. Esse programa recebe uma sanção positiva quando é colocado o clima de festa geral onde todos são iguais e têm os mesmos direitos.

Da mesma maneira que no primeiro parágrafo, o que se percebe aqui é também a apresentação de um PN para o Destinatário-Povo. Esse PN consiste em fazer os homens estarem em conjunção com Deus: ele é levado a crer. O Papa cita, a esse propósito, a Assembléia dos Bispos de Puebla, que optou pela evangelização dos mais pobres na América Latina.

A isotopia religiosa marca todo esse parágrafo e se há qualquer inclinação para a crítica social, esta é transformada em um fato religioso e resultado da vontade divina.

Enquanto o primeiro e o segundo parágrafos oscilam entre a isotopia social e a religiosa, o terceiro apresenta como meta da Igreja a salvação do homem, que deve ser realizada segundo a “perspectiva escatológica, que considera o homem como um ser cuja destinação definitiva é Deus, e sobre a perspectiva histórica, que olha este mesmo homem em sua situação concreta, encarnado no mundo de hoje”. Percebemos, então, que ele engloba as duas isotopias delineadas nos dois primeiros parágrafos, colocando-as lado a lado como os dois caminhos da Igreja. Nesse momento, a Igreja é apresentada como veículo que estabelece a relação Deus-Homem. Somente se se recorrer a ela o homem estará encontrando sua salvação.

No quinto parágrafo o Destinador-Igreja, que tem o mesmo valor do Destinador-Papa, pois ele é o representante maior dessa instituição religiosa, retoma o PN já

apresentado ao Destinatário-Povo: ele deve transformar o estado de injustiça social em uma situação de justiça. Dois parágrafos depois diz como deve ser essa transformação: ela deve ser pacífica, sem violência de qualquer espécie.

Nos parágrafos nove e dez, o Destinator-Papa estabelece o que é o espírito de pobre necessário para que o homem alcance o reino dos céus e possa lutar pela sociedade justa. Este espírito de pobre é o sentimento religioso. Qualquer indivíduo pode possuí-lo, seja rico ou pobre.

Esse Destinator coloca, então, o seguinte percurso: o homem deve primeiramente transformar seu ser, passar de não religioso a religioso, depois disso estará apto para o fazer, que é a transformação da sociedade injusta em justa.

A partir do décimo primeiro até o décimo oitavo parágrafos há uma exaltação do trabalho colocado como outra condição necessária para se alcançar a almejada sociedade justa. Esse trabalho é considerado como o instrumento de aquisição da sociedade equilibrada e perfeita. Mas, da maneira como o problema é colocado, o que se percebe é que a situação de transformação deve obedecer ao contrato de trabalho ao qual os homens estão atados. Novamente temos a transformação sem revolução.

Nos parágrafos restantes (décimo nono a vigésimo quarto), o elemento caracterizado é o anti-sujeito da narrativa, a Cidade. Ele é descrito e novamente apontado como empecilho para a realização da tarefa de transformação.

O discurso do Papa é marcado por uma série de discursos referenciais, que são as constantes passagens da Bíblia citadas pelo narrador. Elas servem como elementos veridictórios do discurso do Papa, pois provam o que ele diz; suas palavras estão sempre apoiadas na Bíblia.

Esse discurso não é menos canônico do que o de qualquer outro religioso. Embora toque em vários problemas sociais, a resignação do homem perante Deus é sempre um fato indubitável. Se quisermos fazer uma leitura seguindo a isotopia religiosa, conseguiremos sem muito esforço, mas se quisermos ler somente a isotopia política no discurso, tal tarefa será impossível. Os dois primeiros parágrafos do texto são a base de todo ele, pois apresentam as duas isotopias de que falamos e que serão constantemente retomadas durante o seu desenvolvimento.

Outro aspecto importante é que esse discurso forma um círculo, pois começa falando do anti-sujeito e acaba falando dele. Esse desenvolvimento circular, do ponto de vista de sua estrutura, é o retrato do discurso conservador, pois ao final restabelece o mesmo clima inicial. Ele não propõe absolutamente nada de novo, é repetitivo e reafirma a posição inabalável da instituição religiosa.

3. Interpretações do discurso do Papa

Fizemos um levantamento razoável de vários pronunciamentos das diversas correntes de pensamento do país a respeito do discurso do Papa no Morumbi. Selecionamos as opiniões mais representativas para inserirmos neste trabalho.

3.1. Pronunciamento de D. Paulo Evaristo Arns, Cardeal-Arcebispo de São Paulo, na Folha de S. Paulo do dia 05/07/80, à página cinco.

O primeiro destaque dado por D. Paulo às palavras de João Paulo II é com relação à referência feita aos sindicatos livres e autônomos. Ele entende que o Papa apóia esse órgão representativo e que o caracteriza como sujeito-coadjuvante na transformação da sociedade justa.

Outro tópico ressaltado é a opção pelos pobres afirmada pelo Papa. Para o Arcebispo de São Paulo, a Igreja deve estar ao lado dos oprimidos e com eles procurar o equilíbrio social. Trata-se novamente da colocação de um novo sujeito-coadjuvante. Conclui-se, portanto, que para D. Paulo o papel mais importante do discurso do Papa é apresentar aos operários, seus aliados, aqueles que o ajudarão no percurso narrativo de transformação.

Essa leitura está dirigida pela isotopia político-social que percebemos no discurso do Papa ao analisá-lo.

3.2. Entrevista de Dom Avelar Brandão, Cardeal de Salvador, na Folha de S. Paulo do dia 04/07/80, à página onze.

A única referência que faz ao discurso do Papa no Morumbi é com relação à opção da Igreja pelos pobres. Seu pronunciamento quer desmascarar a “distorção” que D. Avelar diz estar sendo feita com relação às palavras do Papa. Para ele, a Igreja sempre está ao lado dos pobres e também é sujeito-coadjuvante no processo de “melhoramento” da vida do povo, mas esse papel de auxílio é estritamente religioso. O povo estará sendo ajudado a partir do momento em que a Igreja se propuser a evangelizá-lo, a oferecer-lhe a palavra de Deus.

Sua leitura segue a isotopia religiosa destacada em nossa análise do discurso do Papa.

3.3. Depoimento de Dom Antônio Cheuiche, Bispo Auxiliar de Porto Alegre, em O Estado de S. Paulo do dia 07/07/80, à página sete.

Para ele, o pronunciamento do Papa é a confirmação do “compromisso do cristão com sua história (...) com a dimensão sócio-política-econômica”. Dom Antônio segue a mesma linha de D. Paulo Evaristo Arns ao colocar a Igreja como elemento participante do processo do fazer transformacional. Sua leitura é feita sobre a isotopia política.

3.4. Assessores do presidente da República falam como o governo está recebendo os pronunciamentos do Papa em O Estado de S. Paulo do dia 07/07/80, à página quinze.

O destaque principal é dado para o aspecto religioso da visita do Papa ao Brasil, procurando demonstrar que, se a oposição está tentando manipular as preocupações sociais apontadas por ele, como poluição, dignidade do ser humano e justiça social, nada conseguirá, pois essas são também as preocupações do governo.

O que se pode concluir é que os governantes perceberam a isotopia social do discurso do Papa, e, como tentativa de neutralizá-la, colocam-se totalmente ao lado do povo de maneira a não assumirem a posição de antissujeito, proposta que nem é levantada pelo próprio Papa.

Sua colocação consiste, portanto, em oferecer-se também como sujeito auxiliar ou coadjuvante ao PN de base que é a instauração da justiça social, ressaltando ainda a importância da força espiritual que a visita de João Paulo II dá aos homens. Embora atingidos pela isotopia social do discurso, percebem e enfatizam a prevalência da isotopia religiosa.

3.5. Entrevista de Theobaldo De Nigris, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, na Folha de S. Paulo do dia 04/07/80, à página nove.

Theobaldo De Nigris coloca-se na mesma posição do Papa quanto à tese de que a manutenção do emprego dos operários deve ser o objetivo principal do desenvolvimento econômico e da dinamização da distribuição da renda. Porém, acrescenta que tal trabalho é impossível porque os empresários não recebem nenhuma assistência que os permita chegar a isso. Acrescenta ainda que a proposta de João Paulo está completamente fora da realidade. Essa colocação do presidente da FIESP se dá porque ele lê o aspecto social da transformação apresentada pelo Destinator-Papa e não quer ser colocado na posição de anti-sujeito, pelo contrário, joga-a para outros setores.

O PN do sujeito-operário não deve ter como base a transformação da situação de injustiça nas fábricas comandadas por esses empresários. Na realidade ele está apontando o sistema político como antissujeito buscado.

A isotopia religiosa não é apontada por ele e a isotopia social é tomada como ilusória e, portanto, falsa.

3.6. Declarações de alguns sindicalistas e operários em O Estado de S. Paulo de 04/07/80, à página dezessete.

São ao todo nove pessoas que falam e expõem como receberam o discurso do Papa. Cada uma tem sua interpretação, mas elas podem ser encaixadas em duas grandes chaves: a religiosa e a política. Esses depoimentos representam a aceitação ou não do PN apresentado por João Paulo II, é o sujeito do fazer que se manifesta.

Maria G. Paulino, Sebastião B. Siqueira e Lourival G. Caetano, todos operários, aceitam o PN religioso apresentado. Afirmam que as palavras do Papa são uma bênção. O último deles acrescenta ainda que essa manifestação pode despertar a consciência dos empregadores para que respeitem os direitos dos operários. Ele está assumindo a submissão e o paternalismo.

Olívio Dutra, Rubens T. Arruda e José Cicott, todos ex-sindicalistas, vêem pontos positivos no discurso do Papa. O primeiro diz que a ala progressista da Igreja sai fortalecida, o segundo, que tudo o que o Papa disse traduz exatamente os anseios dos operários e o terceiro, que esse discurso serve apenas para despertar a consciência dos operários que ainda não assumem uma posição política.

Luiz I. da Silva, Wagner L. Alves e Manoel A. Gomes, os dois primeiros, ex-sindicalistas e o último, operário, não aceitam a manipulação do Destinator-Papa. Para eles as palavras de João Paulo nada vão mudar, porque, na realidade, a sociedade só se transformará se se tomar como antisujeito o sistema político, econômico e social em que vivemos.

4. CONCLUSÃO

A essa altura do trabalho parece-nos que o discurso do Papa aos operários, no Morumbi, está mais claro. Ele assume a posição de um Destinator delegado de Deus que tem como missão levar seus mandamentos para todos os povos do mundo, porque eles serão a salvação do homem, sua libertação do pecado. Essa é a posição conservadora da Igreja, a base de toda sua instituição e é a que se mostrou aos operários, no Morumbi, no dia três de julho de 1980.

Em sua essência, o PN apresentado é esse, mas o que acontece é que ele é acobertado por um outro PN, o da mudança social, política e econômica. Esse jogo de PNs funciona como um recurso de sedução estabelecido pelo Papa. Para que o povo acredite na Igreja, para que possa estar certo de que ela o levará à transformação desejada, deve estar certo de que ela tem o poder. O que o Papa faz é mostrar exatamente isso: se os operários se colocarem ao lado da Igreja, conseguirão um dia o que desejam. Está aí a razão de ser do discurso de João Paulo II.

Dessa forma, os papéis alteram-se, a Igreja torna-se o sujeito do fazer que tem de provar ao povo que ela possui o poder. Comparando às narrativas dos contos maravilhosos de Propp, é um "herói" que tem de provar ao "rei" que é forte e corajoso o bastante para destruir o "vilão" que lhe raptou a "princesa". Em outras palavras, o discurso do Papa é a apresentação da prova glorificante do sujeito da narrativa (aqui, no caso, o Papa), ele quer mostrar que a Igreja está qualificada para entregar a sociedade justa para os operários. O discurso como um todo é o processo de sedução por excelência.

E o anti-sujeito como é colocado? De início o Papa afirma sempre que São Paulo são os operários ali presentes, para em seguida dizer que a cidade é capaz de triturrá-los. Ora, isso é dizer que o homem é o maior inimigo de si próprio, porque é ele que se destrói. Novamente acena-se aí com a figura de Deus: Ele é capaz de salvar a humanidade, porque assim já o fez um dia. Essa proposta coloca um mesmo ator (o Povo) exercendo dois papéis actanciais, o sujeito e o antisujeito do fazer de um programa narrativo.

Fica clara, nesse momento, a colocação da cidade de São Paulo, desumana, como algo a ser combatido. Ela é um ator que reveste a maldade, o pecado do homem. Assim, compreendemos porque não se toca no antisujeito real do fazer dos operários, que é o sistema político vigente. Ele realmente não faz parte do programa da Igreja, que se reafirma apolítica.

Toda essa proposta conservadora deve ser colocada para uma multidão de pessoas insatisfeitas e em choque com o sistema político do país. Por outro lado, a Igreja Católica no Brasil propõe-se a assumir uma posição bastante progressista em favor dos anseios do povo. O Papa não viria, em público, frustrar essa posição, colocando-se contra ela.

Dessa situação surgem os signos utilizados pelo Papa em seu discurso. Ele vai apontar problemas sociais, econômicos e políticos, vai utilizar uma linguagem bastante conhecida das pessoas ali presentes, linguagem essa que está presente no seu dia-a-dia, sem que tudo isso tenha outra intenção que não seja a de levar a palavra de Cristo aos pobres de espírito.

As interpretações que partem desse discurso ora percebem toda a colocação e a utilizam conforme seja seu ponto de vista, ora não conseguem compreender todo o processo de sedução estabelecido. O poder político é fortalecido porque a ordem instituída não fica sequer balançada, a Igreja progressista brasileira sente-se amparada com as palavras do Papa, o povo fica dividido, uns aceitam a submissão cristã e esperam a salvação dos céus e outros ficam à espera da prometida transformação social, como afirma o sindicalista Wagner Lino Alves: “(...) o encontro com João Paulo II nada acrescentou aos trabalhadores (...) Vamos sair daqui e voltar para os barracos nas favelas, para as ruas de lama e para as panelas vazias (...) nada mudará em função da visita do Papa. Isso só acontecerá com um milagre”.

APÊNDICE

1. DISCURSO PROFERIDO PELO PAPA JOÃO PAULO II AOS OPERÁRIOS DE SÃO PAULO NO ESTÁDIO DO MORUMBI EM TRÊS DE JULHO DE 1980.

“Sinto-me muito feliz e honrado por me achar entre vocês hoje em São Paulo. Feliz por descobrir a cidade de vocês, esta imensa metrópole de incrível desenvolvimento industrial, na qual um incrível crescimento industrial caminha de mãos dadas com uma urbanização acelerada ao mesmo tempo fascinante e preocupante. Feliz principalmente porque decubro a cidade através das pessoas, através de vocês, homens e mulheres, que aqui trabalham, sofrem e esperam. Vocês chegaram aqui vindos de todos os cantos deste imenso país e do mundo inteiro. Vieram para ganhar a vida e para colaborar na grande obra comum, vital para toda a Nação: a construção de uma cidade digna do homem! Sim, porque São Paulo são vocês! São Paulo, não são antes de tudo estas realizações materiais, nem sempre orientadas por um sentido justo e pleno do homem e da sociedade e nem sempre capazes de organizar um ambiente onde se possa levar uma vida digna do homem. São Paulo são também os numerosíssimos marginalizados, os desempregados, os subempregados, os mal empregados, que não encontram onde empenhar os seus braços e onde desenvolver os generosos recursos de suas inteligências e de seus corações. São Paulo são vocês aqui reunidos para celebrar sua dignidade de trabalhadores e manifestar a disposição de construir juntos uma cidade do tamanho de suas esperanças de homens. São Paulo são vocês aqui reunidos para buscar no Evangelho de Jesus Cristo as luzes e as energias necessárias para realizar a tarefa que os espera: transformar São Paulo numa cidade plenamente humana.

“Sim, quem nos reúne aqui é Jesus Cristo, o Senhor do universo e da história. Em seu nome o Papa os visita hoje. Trabalhadores, meus irmãos e irmãs, dou graças a Deus por me ter concedido estar com vocês. E agradeço a vocês a alegria profunda que causa este encontro a este ministro de Jesus Cristo, que nos anos da juventude, na sua Polônia natal, conheceu diretamente a condição de trabalhador manual com a grandeza e a dureza, as horas de alegria e os momentos de angústia, as realizações e as frustrações que essa condição comporta. Do fundo do coração lhes digo o que o apóstolo São Paulo dizia aos Romanos: ‘Sinto um grande desejo de vê-los, para lhes comunicar algum dom espiritual, para os confortar, ou antes, para ser confortado por vocês pela fé que nos é

comum, a mim e a vocês' (Rom. 1, 11-12). Por isso, eu os convido, trabalhadores cristãos, meus irmãos e irmãs, a começar por celebrar na alegria e amizade que Jesus nos oferece, a todos e a cada um: a Fé, a Esperança e a Caridade com que Jesus anima os nossos corações quando nos reunimos em Seu nome, na Sua Igreja que Ele instituiu para acolher os seus e os distribuir a todos. A festa cristã da alegria não é um luxo reservado aos ricos. Todo mundo está convidado a tomar parte. No ano passado, os marginalizados de uma outra grande metrópole, Nova York, cantaram comigo o 'aleluia' da ressurreição. E ainda há pouco, a imensa África da pobreza deu ao Papa e ao mundo o espetáculo de uma festa inesquecível. E esta festa vem da convicção de que nós somos amados por Deus e de que Deus está conosco. Deus nos visita! O Reino de Deus está entre nós! Eis a fonte inesgotável da nossa alegria: saber que Deus nos ama e nos reconhece, saber que estamos livres do pecado, que fomos elevados à dignidade insuperável de filhos de Deus, ricos de Fé, de Esperança e de Amor que o Espírito Santo derrama nos nossos corações. Festejamos portanto nosso Deus e nosso Pai, Jesus Cristo nosso Senhor e nosso Irmão, o Espírito Santo que nos reúne! A opção pelos mais pobres, na qual a Assembléia dos Bispos em Puebla quis comprometer a Igreja na América Latina, é essencialmente esta: que os pobres sejam evangelizados, que a Igreja desdobre de novo todas as suas energias para que Jesus Cristo seja anunciado a todos, principalmente aos pobres, e que todos tenham acesso a esta fonte viva, à mesa da palavra e do pão, aos sacramentos, à comunidade dos batizados. Aí está o sentido desta nossa reunião de hoje, da nossa festa cristã. Sairemos daqui para a nossa tarefa de cidadãos e de trabalhadores com um novo entusiasmo; com uma consciência mais clara da nossa dignidade, dos nossos direitos, das nossas responsabilidades, com uma fé renovada nos recursos prodigiosos com que, criando-nos à sua imagem e semelhança, nos enriqueceu para podermos enfrentar os desafios do nosso tempo, os desafios desta metrópole que é São Paulo.

"Falo-lhes em nome de Cristo, em nome da Igreja, da Igreja inteira. É Cristo que envia a sua Igreja a todos os homens e a todas as sociedades, com uma mensagem de salvação. Esta missão da Igreja realiza-se ao mesmo tempo em duas perspectivas: a perspectiva escatológica, que considera o homem como um ser cuja destinação definitiva é Deus; e a perspectiva histórica, que olha este mesmo homem em sua situação concreta, encarnado no mundo de hoje. Esta mensagem de salvação que a Igreja, em virtude de sua missão, faz chegar a cada homem e igualmente à família, aos diferentes âmbitos sociais, às nações e à humanidade inteira, é mensagem de amor e de fraternidade, mensagem de justiça e de solidariedade, em primeiro lugar para os mais necessitados. Numa palavra: é uma mensagem de paz e de justa ordem social. Quero repetir aqui, diante de vocês, o que disse aos trabalhadores em Saint-Denis, bairro operário de outra grande cidade, Paris: a partir das palavras tão profundas do Magnificat, eu quis considerar com eles que, 'o mundo querido por Deus é um mundo de justiça; que a ordem que deve reger as relações entre os homens se alicerça na justiça; que esta ordem deve ser continuamente implantada no mundo, sempre de novo, à medida que aumentam e se avolumam as situações e os sistemas sociais, à medida que surgem novas condições e possibilidades econômicas, novas possibilidades da técnica e da produção, e ao mesmo tempo novas possibilidades e necessidades de distribuição dos bens' (Homilia em Saint-Denis, 31 de maio de 1980, nº 5).

"A Igreja proclama o Evangelho, procura também obter, sem por isso abandonar o seu papel específico de evangelização, que todos os aspectos da vida social, onde se manifesta a injustiça, sofram uma transformação para a justiça. O bem comum da sociedade requer, como exigência fundamental, que a sociedade seja justa! A persistência da injustiça, a falta de justiça, ameaça a existência da sociedade de dentro para fora, da mesma maneira que tudo quanto atenta contra a sua soberania ou procura impor-lhe ideologias e modelos, toda chantagem econômica e política, toda força das armas pode ameaçá-la de fora para dentro.

"Esta ameaça a partir do interior existe realmente quando, no domínio da distribuição dos bens, se confia unicamente nas leis econômicas do crescimento e do maior lucro: quando os resultados do progresso tocam apenas marginalmente, ou não tocam em absoluto, as vastas camadas da população; ela existe, também, enquanto persiste um abismo profundo entre uma minoria muito grande de ricos de um lado, e a maioria dos que vivem na necessidade e na miséria, de outro lado.

"O bem comum da sociedade, que será sempre o novo nome da justiça, não pode ser obtido pela violência, pois a violência destrói o que pretende criar, seja quando procura manter os privilégios de alguns, seja quando tenta impor as transformações necessárias. As modificações exigidas pela ordem social justa devem ser realizadas por uma ação constante – muitas vezes gradual e progressiva, mas sempre eficaz – no caminho de reformas pacíficas.

"É este o dever de todos. É este, particularmente, o dever dos que detêm o poder na sociedade, quer se trate do poder econômico quer se trate do poder político. Todo o poder encontra a sua justificação unicamente no bem comum, na realização de uma ordem social justa. Por conseguinte, o poder não deverá nunca servir para proteger os interesses de um grupo em detrimento dos outros. A luta de classes não é o caminho que eleva a ordem social, porque ela traz em si o risco de elevar os desfavorecidos a privilegiados, criando novas situações de

injustiças para os que até aqui detêm as vantagens. Não se constrói com o ódio ou com a destruição dos outros!

“Repelir a luta de classes é também optar resolutamente por uma nobre luta a favor da justiça social. Os diversos centros do poder e os diferentes representantes da sociedade devem ser capazes de se unir, de coordenar os próprios esforços e de chegar a um acordo sobre programas claros e eficazes. Nisto consiste a fórmula cristã para criar uma sociedade justa! A sociedade inteira deve ser solidária com todos os homens e, em primeiro lugar, com o homem que tem mais necessidade de auxílio, o pobre! A opção pelos pobres é uma opção cristã; é também a opção da sociedade que se preocupa com o verdadeiro bem comum.

“Escutemos o que o próprio Cristo nos diz a respeito disto, quando se dirige à multidão, vinda de toda a região e de além-fronteiras para vê-lo. Sentado no meio de seus discípulos, Jesus começou a sua instrução com estas palavras: ‘Bem-aventurados os que têm o espírito de pobre, porque deles é o reino dos céus’ (Mt. 5, 3). Para além daqueles ouvintes, é também a nós reunidos aqui em São Paulo, no Brasil, que Ele dirigia estas palavras. Vinte séculos não tiraram nada da importância premente, da gravidade e da esperança contidas nestas palavras do Senhor: ‘Bem-aventurados os que têm o espírito de pobre!’ Estas palavras são válidas para cada um de nós. Este convite grita dentro de cada um de nós. Adquirir o espírito de pobre: é isto o que Cristo pede a todos.

“Aqueles que têm posses devem adquirir o espírito de pobre, devem abrir o próprio coração aos pobres, pois se não o fizerem as situações injustas não mudarão; poder-se-á mudar a estrutura política ou o sistema social, mas sem mudança no coração e na consciência, a ordem social justa e estável não será alcançada. Os que não têm posses, os que se encontram em necessidades devem também adquirir o ‘espírito de pobre’, não permitindo que a pobreza material lhes tire a própria dignidade humana, porque esta dignidade é mais importante que todos os bens.

“É neste contexto que a doutrina cristã sobre o homem, alimentada pelo Evangelho, pela Bíblia e por séculos de experiência, valoriza de modo singular o trabalho humano. A dignidade do trabalho. A nobreza do trabalho. Vocês conhecem a dignidade e a nobreza do próprio trabalho, vocês que trabalham para viver melhor, para ganhar para suas famílias o pão de cada dia, vocês que se sentem feridos na sua afeição de pais e de mães ao verem filhos mal-alimentados, vocês que ficam tão contentes e orgulhosos quando lhes podem oferecer uma mesa farta, quando podem vesti-los bem, dar-lhes um lar decente e aconchegante, dar-lhes escola e educação em vista de um futuro melhor. O trabalho é serviço, um serviço a suas famílias, e a toda a cidade, um serviço no qual o próprio homem cresce na medida em que se dá pelos outros. O trabalho é uma disciplina em que se fortalece a personalidade.

“A primeira e fundamental aspiração de vocês é, portanto, trabalhar. Quantos sofrimentos, quantas angústias e misérias não causa o desemprego! Por isso a primeira e fundamental preocupação de todos e de cada um, homens de governo, políticos, dirigentes de sindicatos e donos de empresas, deve ser esta: dar trabalho a todos. Esperar a solução do problema crucial do emprego como um resultado mais ou menos automático de uma ordem e de um desenvolvimento econômico, qualquer que sejam, nos quais o emprego aparece apenas como uma consequência secundária, não é realista, e portanto não é admissível. Teoria e prática econômicas devem ter a coragem de considerar o emprego e suas modernas possibilidades como um elemento central em seus objetivos.

“É de justiça que as condições de trabalho sejam as mais dignas possível, que se aperfeiçoe a Previdência Social de modo a permitir a todos, na base de uma crescente solidariedade, enfrentar os riscos, os apertos e os encargos sociais. Ajustar o salário, em suas modalidades diversas e complementares, até o ponto em que se possa dizer que o trabalhador participa real e equitativamente da riqueza para cuja criação ele contribui solidamente na empresa, na profissão e na economia nacional, é uma exigência legítima. Sobre todos estes pontos a Igreja, principalmente a partir da primeira grande Encíclica Social, a *Rerum Novarum*, não parou de desenvolver um ensinamento muito rico. Convido a todos os trabalhadores e responsáveis políticos, profissionais e sindicais, a prestar renovada atenção a este ensinamento. Ninguém vai encontrar as soluções já prontas, mas poderá encontrar esclarecimentos e estímulos para a própria reflexão e prática. A tarefa é delicada e este conjunto complexo de problemas, em que todos os fatores – emprego, investimento, salário – reagem uns sobre os outros, não se há de regular nem pela demagogia, nem por sortilégios ideológicos, nem por um cientificismo frio e teórico que, ao contrário do verdadeiro espírito científico, deixasse para um futuro incerto a retificação de seus pressupostos. Torno a afirmar aqui o que declarei a propósito do emprego: esperar que a solução dos problemas, do salário, da Previdência Social e das condições de trabalho, brote de uma espécie de extensão automática de uma ordem econômica não é realista, e por isso não é admissível. A economia só será viável se for humana, para o homem e pelo homem.

“Por isso mesmo é muito importante que todos os protagonistas da vida econômica tenham a possibilidade efetiva de participar livre e ativamente da elaboração e do controle das decisões que lhes dizem respeito, em todos os níveis. Já o Papa Leão XIII, na *Rerum Novarum*, afirmou claramente o direito dos trabalhadores de se

reunirem em associações livres, com a finalidade de fazerem ouvir a sua voz, de defenderem seus interesses e contribuírem de maneira responsável para o bem comum, cujas exigências e disciplinas se impõem a todos no âmbito de leis e contratos sempre perfectíveis.

“A Igreja proclama e sustenta estes diversos direitos dos trabalhadores, porque está em jogo o homem e sua dignidade. E o faz com profunda e ardente convicção tanto mais quanto, para ela, o homem que trabalha se faz cooperador de Deus. Feito à imagem de Deus, ele recebeu a missão de administrar o Universo para desenvolver as suas riquezas e garantir-lhes uma destinação universal, para unir os homens no serviço mútuo e na criação comum de um sistema de vida digno e belo, para a glória do Criador.

“Trabalhadores, não se esqueçam nunca da grande nobreza que, como homem e como cristãos, vocês devem imprimir ao seu trabalho, mesmo ao mais humilde e insignificante. Não se deixem, jamais, degradar pelo trabalho; antes procurem viver a fundo a sua verdadeira dignidade que a Palavra de Deus e o ensinamento da Igreja colocam em evidência. O trabalho, com efeito, faz de vocês, antes de tudo, colaboradores de Deus no prosseguir a obra de sua criação. Levem avante – com o suor da fronte, sim, mas sobretudo com o justo orgulho de serem criados à imagem do mesmo Deus – o dinamismo contido na ordem dada ao primeiro homem de povoar a terra e de dominá-la (cf. Gên. 1, 28).

“O trabalho associa vocês mais estreitamente à Redenção que Cristo realizou pela Cruz, quando os leva a aceitar tudo o que há de penoso, de cansativo, de mortificante, de crucificante na monotonia quotidiana; quando os leva ainda a unir seus sofrimentos aos sofrimentos do Salvador, para completar ‘o que falta à Paixão de Cristo, em favor do seu Corpo que é a Igreja’ (Col. 1, 24). Por isso, o trabalho os leva, enfim, a sentirem-se solidários com todos os seus irmãos – aqui no Brasil da grande família humana, mais ainda, de toda a Igreja, no vínculo da caridade, porque cada um é chamado a ajudar o outro (conf. Gal. 6, 2) na exigência sempre renovada de uma recíproca colaboração, e na ajuda interpessoal pela qual nós homens somos necessários uns aos outros, sem excluir ninguém.

“É esta a concepção cristã do trabalho: parte da fé em Deus Criador, e mediante Cristo Redentor, chega à edificação da sociedade humana, à solidariedade com o homem. Sem esta visão, qualquer esforço, mesmo o mais tenaz, é carente e caduco. Está fadado a desiludir, a falir. Construam sobre este fundamento. E se lhes disserem que, para defender as conquistas do trabalho, é preciso pôr de lado, talvez até cancelar, esta visão cristã da existência, não acreditem. O homem, sem Deus e sem Cristo, contrói sobre areia. Trai a própria origem e nobreza. E, por fim, chega a prejudicar o homem, a ofender o irmão.

“Vocês trabalham no ambiente de uma grande cidade, que continua crescendo rapidamente. Ela é um reflexo das inúmeras possibilidades do gênero humano, capaz de realizações admiráveis, mas capaz também, quando faltam a animação espiritual e a orientação moral, de triturar o homem.

“Muitas vezes, uma lógica econômica e exclusivista, mais depravada ainda por um materialismo crasso, invadiu todos os campos da existência, comprometendo o ambiente, ameaçando as famílias e destruindo todo o respeito pela pessoa humana. As fábricas lançam seus detritos, deformam e poluem o ambiente, tornam o ar irrespirável. Ondas de migrantes se amontoam em pardieiros indignos, onde muitos perdem a esperança e acabam na miséria. As crianças, os jovens, os adolescentes não encontram espaços vitais para desenvolver plenamente suas energias físicas e espirituais, muitas vezes limitados a ambientes malsãos ou espalhados pela rua, onde flui o trânsito entre os edifícios de cimento e o anonimato da multidão que se desgasta sem jamais se conhecer. Ao lado de bairros onde se vive com todos os confortos modernos, outros existem onde faltam as coisas mais elementares, e algumas periferias vão crescendo desordenadamente. Muitas vezes o desenvolvimento se torna uma versão gigantesca da parábola do rico e do Lázaro. A proximidade do luxo e da miséria acentua o sentimento de frustração dos desafortunados. Impõe-se então uma pergunta fundamental: como transformar a cidade numa cidade verdadeiramente humana, no seu ambiente natural, nas suas construções e nas suas instituições?

“Uma condição essencial é a de dar à economia um sentido e uma lógica humanas. Vale aqui o que eu disse a respeito do trabalho. É preciso liberar os diversos campos da existência do domínio de um economismo avassalador. É preciso pôr as exigências econômicas no seu devido lugar e criar um tecido social multiforme, que impeça a massificação. Ninguém está dispensado de colaborar nessa tarefa. Todos podem fazer alguma coisa em si mesmos e ao redor de si. Não é verdade que os bairros mais desatendidos são muitas vezes o lugar onde a solidariedade suscita gestos de maior desprendimento e generosidade? Cristãos, em qualquer lugar onde estiverem, assumam a sua parte de responsabilidade neste imenso esforço pela reestruturação humana da cidade. A fé faz disto um dever. Fé e experiência, juntas, darão a vocês luzes e energia para caminhar.

“Os cristãos têm o direito e o dever de contribuir na medida de sua capacidade para a construção da sociedade. E o fazem através dos quadros associativos e institucionais que a sociedade livre elabora com a participação

de todos. A Igreja como tal não pretende administrar a sociedade, nem ocupar o lugar dos legítimos órgãos de deliberação e de ação. Pretende apenas servir a todos aqueles que, em qualquer nível, assumem as responsabilidades do bem comum. Seu serviço é essencialmente de ordem ética e religiosa. Mas para garantir este serviço, de acordo com a sua missão, a Igreja exige com todo direito um espaço de liberdade indispensável e procura manter a sua especificidade religiosa.

“E assim, todas as comunidades de cristãos, tanto as comunidades de base, como as paróquias, as diocesanas ou toda a comunidade nacional da Igreja devem dar a sua contribuição específica para a construção da sociedade. Todas as preocupações do homem devem ser tomadas em consideração, pois a evangelização, razão de ser de qualquer comunidade eclesial, não seria completa se não se levasse em conta as relações que existem entre a mensagem do Evangelho e a vida pessoal e social do homem, entre o mandamento do amor ao próximo que sofre e passa necessidade e as situações concretas de injustiça a combater, e de justiça e de paz a instaurar.

“Que deste nosso encontro de hoje, em torno de Jesus Cristo, vocês levem consigo a certeza de que a Igreja quer estar presente, com toda a sua mensagem evangélica, no coração da cidade, no coração das populações mais pobres da cidade, no coração de cada um de vocês. Vocês são amados por Deus, trabalhadores de São Paulo e do Brasil. E vocês devem amar a Deus. Este é o segredo da sua alegria, de uma alegria que, brotando dos seus corações, irradiará nos seus rostos e no rosto da cidade, como sinal de que é uma cidade humana.”

2. DOM PAULO EXORTA À DEFESA DA ABERTURA – Reportagem da *Folha de S. Paulo* do dia 05/07/80, p.5.

“O cardeal-arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, declarou ontem que o brasileiro espera muito da visita papal, diante de um temido fechamento do regime, acentuando ser ‘necessária a mobilização de todas as forças vivas para que todos os espaços de liberdade sejam garantidos e ampliados’.

Dom Paulo considerou ‘importantes’ para os trabalhadores, os discursos do Papa, que ‘falou em sindicatos livres e autônomos, porque esse é um espaço novo que se está querendo conquistar. São pequenas coisas importantes que devem ser acentuadas constantemente para que não se feche, mas que se abra o quanto possível’.

D. Paulo afirmou que não pediu consentimento ao Papa para manter a ação que vem desenvolvendo. ‘Eu não pedi nem confirmação, nem pronunciamento dele porque sou responsável e acho que a responsabilidade deve ser assumida por quem a tem’, disse ele, explicando que essa é a hierarquia da Igreja Católica.

‘Falamos por espaços breves, mas por momentos densos’ – explicou Dom Paulo. – ‘Ele queria mais saber do que comentar a ação da Igreja, mas comentou que a nossa proposta de estarmos próximos do povo é a única proposta viável.’

Para Dom Paulo, um possível fechamento agora poderia trazer sérios danos para a sociedade. ‘Em sua consciência – disse ele – o brasileiro que quisesse fechar seria um louco, antipatriota, um louco para a história do Brasil, porque fechar nesse momento significa golpe e erupção da inquietação popular. Espero que ninguém queira cometer essa loucura.’

Para o cardeal Arns, a vinda do Papa não altera o relacionamento da Igreja com o Estado. ‘Esse não é o problema principal – justificou –, o problema essencial é o povo e quem serve o povo terá sempre conflitos e nós vamos continuar servindo o povo com muito interesse para que ele tome a sua história na mão’.

Comentando a visita do Papa a São Paulo, anteontem, o cardeal afirmou que os momentos mais importantes foram o encontro com os trabalhadores no Morumbi e o encontro com as religiosas, no Ginásio do Ibirapuera, além dos comentários que fez sobre as favelas, que viu de helicóptero, e da Casa de Detenção.

Segundo o cardeal, o Papa fez diversos comentários sobre a política habitacional e mostrou-se preocupado com o problema. Também ficou emocionado com as crianças, principalmente duas delas condenadas à morte e que abençoou no Campo de Marte.

Para D. Paulo, João Paulo II não veio trazer respostas prontas, mas verificar o que está sendo feito nos diversos campos da sociedade. Ele julga prematuro analisar os discursos feitos na Capital, mas considera importante os destaques dados à opção da Igreja pelos pobres, à responsabilidade de os trabalhadores insistirem nas reformas estruturais e do amor que demonstrou pelo operários.

Segundo D. Paulo, o Papa prometeu estudar novamente a organização da Igreja na área metropolitana e a forma de trabalho dos bispos nas diversas Arquidioceses.”

3. PUEBLA FICA – Reportagem de *O Estado de S. Paulo* do dia 04/07/80, p.7

“ ‘O que o Papa está pregando é apenas a confirmação de Puebla, o compromisso do cristão com sua história, isto é, com a dimensão sócio-política-econômica’, segundo o bispo auxiliar de Porto Alegre, Dom Antônio Cheuiche, que, participou ontem, de uma entrevista coletiva em Porto Alegre, informando sobre os últimos preparativos para a chegada de João Paulo II, hoje, à capital gaúcha. Acrescentou que os pronunciamentos do Papa ‘têm possibilitado a certeza de que a Igreja tem compromisso com o homem, com os problemas decorrentes de sua escravidão por ele mesmo, através de sistemas totalitários’.”

4. BISPO DENUNCIA “DISTORÇÃO” DA OPÇÃO POR POBRE – Reportagem da *Folha de S. Paulo* do dia 04/07/80, p.11

“ ‘A opção preferencial pelos pobres, apesar de trazer conotação clara de não ser excludente, passou a ser sinônimo de tomadas de posição em favor de um compromisso político de categorias determinadas, dentro de modelo rígido e absoluto, sem que possa existir margem para outro caminho aceitável para o cristão’.”

A afirmação é do cardeal de Salvador, Dom Avelar Brandão, no discurso que fez ontem aos participantes da Assembléia do Conselho Episcopal Latino-Americano, que se realiza no Rio. Dom Avelar, primaz do Brasil, depois de questionar até que ponto a Igreja deve se envolver com o que chamou ‘problemas temporais’ e que a sua meta pastoral mais importante e prioritária hoje, disse que ‘para fins de meditação é conveniente registrar-se que, do posicionamento voltado para a evangelização de cunho espiritual ético, a orientação pastoral dos últimos tempos timbra, na prática, pelo empenho ao crescimento humano e histórico da pessoa e da comunidade’.”

5. PALÁCIO ELOGIA AS MENSAGENS – Reportagem de *O Estado de S. Paulo* do dia 05/07/80, p.15

“A pregação do Papa João Paulo II pelo Brasil não é verde nem vermelha – é branca. Assim, ao menos, ela está sendo vista por alguns dos mais qualificados assessores do presidente da República. Para eles, a mensagem do Papa tem sido, ‘antes e acima de tudo’, uma mensagem religiosa.

Essa é a essência dos pronunciamentos do Papa, notava ontem um desses assessores, que tinha em cima de sua mesa a primeira página da edição de quinta-feira de *O Estado de S. Paulo*, assinalada em vários pontos.

O assessor destacou principalmente a passagem da missa celebrada pelo Papa no Maracanã, na qual ele disse: ‘Fique assim bem claro que o serviço excelente é essencialmente espiritual’, acrescentando que o serviço do padre ‘não é o do médico ou o do sindicalista’, mas ‘o de ajudar as almas a descobrir o Pai’. Assinalados estavam também os trechos nos quais disse que os pastores ‘se despojarão de toda ideologia político-partidária’ e que a Igreja dos pobres não quer servir a fins imediatos políticos nem quer que suas palavras e ações sejam usadas para tal fim.

Embora alguns órgãos de imprensa e alguns parlamentares opositoristas possam estar vendo nas preocupações manifestadas pelo Papa com a justiça social, com a dignidade do ser humano, com a poluição ambiental, colocações contra o governo, este está tranqüilo, segundo se colhia ontem no Palácio do Planalto. ‘Se essas são carapuças – notava um dos assessores do presidente –, o governo não tem por que vesti-las. Essas são também preocupações constantemente reiteradas pelo presidente Figueiredo.’

O Palácio do Planalto está vendo, assim com muita satisfação o desenrolar da visita do Papa. Tudo esta correndo bem, segundo o assessor do presidente, quer sob o ponto de vista operacional, a cargo do governo federal e dos governos estaduais, quer sob o ponto de vista das massas, ‘que estão se comportando muito bem’ (sem correrias, sem atropelos), quer sob o ponto de vista dos pronunciamentos até agora feitos pelo visitante, os quais, conforme a expectativa do governo, ‘se situam numa linha de reforço da missão espiritual da Igreja’.”

6. EMPRESÁRIO CONCORDA, MAS FAZ RESSALVAS – Reportagem da *Folha de S. Paulo* do dia 04/05/80, p.9.

“O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Theobaldo De Nigris, disse, ontem, que concorda com as colocações feitas pelo Papa, durante o encontro que manteve com os operários no Morumbi. De Nigris se referia especificamente a dois tópicos do pronunciamento: o emprego não deve ser uma consequência secundária, mas o objetivo principal do desenvolvimento econômico; e de que não se pode deixar a distribuição da renda para um futuro incerto.

‘Espiritualmente é muito gostoso de ouvir essas palavras’, afirmou o presidente da FIESP, observando, contudo, que na prática as declarações do Papa são inviáveis.

Distribuir equitativamente a riqueza e gerar trabalho para todos, na opinião do empresário, seriam obrigações legítimas se a conjuntura fosse diferente: ‘Como podem os empresários atender a essas duas reivindicações se nem mesmo dispõem de condições seguras para a sua própria subsistência?’

Para De Nigris o pronunciamento do Papa ‘nos dá a nítida sensação de que estamos em outro mundo’, diferente do real, que é cheio de dificuldades: ‘O problema todo é querermos fazer algo sem termos a forma adequada de realização’, acrescenta.”

7. OS SINDICALISTAS CRITICAM O PAPA – Reportagem de *O Estado de S. Paulo* do dia 04/07/80, p. 17.

“O Papa João Paulo II deixou ontem no Morumbi opiniões e impressões diferentes em cada um dos trabalhadores que compareceram ao encontro. Incredulidade ou esperança de melhores dias para o País, suas palavras provocaram reações descontraídas entre os próprios dirigentes sindicais.

Olvio Dutra, por exemplo – presidente afastado do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre –, garantia que o pronunciamento do Papa ‘abre um espaço para a ala progressista da Igreja’. Já o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Luís Ignácio da Silva, criticou a passagem do discurso em que o Papa condenou a luta de classes.

‘Não adianta falar de pobreza e de miséria, queremos as formas de acabar com elas’, comentou por sua vez Wagner Lino Alves, membro da comissão de salários do mesmo sindicato. Para ele, o encontro com João Paulo II ‘nada acrescentou’ aos trabalhadores mais conscientes: ‘Vamos sair daqui e voltar para os barracos nas favelas, para as ruas de lama e para as panelas vazias’, comentou, acrescentando que não pôde deixar de chorar ao ver o Papa beijar a empregada doméstica Magda Cândido Pinto. Ele previu, porém, que por parte do governo ‘nada mudará em função da visita do Papa. Isso só acontecerá com um milagre’, concluiu.

Maria das Graças Paulino, auxiliar de portaria da Assembléia Legislativa, achou que o encontro foi ‘uma maravilha, uma bênção do céu’. A mesma emoção era demonstrada por Sebastião de Barros Siqueira, operário que levou mulher e 10 filhos para ver o Papa, ‘com grande prazer’. Ladeado pela mulher, ele resumia a experiência: ‘Foi um acontecimento muito importante para nossas vidas e para nossa eternidade’.

Outro ex-diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Rubens Teodoro de Arruda, afirmou que as palavras do Papa ‘vieram ao encontro da posição dos trabalhadores, que há muito vêm gritando com essas mesmas palavras para ouvidos que nunca as quiseram ouvir’. Seu colega Manoel Anísio Gomes tinha opinião diferente: ‘João Paulo II fala de maneira generalizada, sem realmente tocar nos problemas que realmente afligem os trabalhadores. O Papa tinha de tocar na sensibilidade da classe patronal e do governo, que nos mandam repressão quando pedimos pão’.

Se José Cicott, ex-diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, afirmava que o ponto positivo da visita do Papa seria ‘apenas um alerta para os trabalhadores que ainda não estão totalmente conscientizados para a necessidade de mais justiça’, o sapateiro Lourival Gomes Caetano – que foi ao Morumbi acompanhado pela esposa e pela filha de pouco mais de um ano de idade – via na mensagem de João Paulo II ‘uma afirmação da fé no nosso catolicismo’, além de uma ‘forma de se evitar violência e fazer com que os empregadores respeitem os direitos dos operários’.”

CORTINA, Arnaldo – Reading process of religious discourse. *Alfa*, São Paulo, **34**: 11-27, 1990.

ABSTRACT: Pope John Paul's address to the workery of São Paulo city in Morumbi stadium on July 3, 1980 is the subject of analysis with the intention to study its inner structure which has been opened to various diverging readings. The process of interpretation emphasizes the ambiguity of the religious text, since each reader understands what is ideological convenient for ones purposes.

KEY-WORDS: Semiotics; narrativity; discourse; reading; interpretation and reading comprehension.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARROS, D. L. P. – *Teoria do Discurso: Fundamentos Semióticos*. São Paulo, Atual, 1988.
2. GREIMAS, A. J. – *Maupassant. La Sémiotique du Texte. Exercices Pratiques*. Paris, Du Seuil, 1976.
3. GREIMAS, A. J. – “Os Atuantes, os Atores e as Figuras” *In: CHABROL, C. (apr.) Semiótica Narrativa e Textual*. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1977.
4. GREIMAS, A. J. et COUTÉS, J. – *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris, Hachette, 1979.
5. GROUPE D'ENTREVERNES – *Analyse Sémiotique des Textes*. Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1977.
6. HOLANDA, A. B. – *Novo Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, s/d, 1ª., 5ª impressão.